

## **MOVIMENTO DE FUNCIONÁRIOS E DOCENTES DA UNICAMP ENTRE 1978 E 2000<sup>1</sup>**

Tânia Maria Granzotto<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este estudo constitui-se num levantamento das greves e paralisações de funcionários e docentes da Universidade Estadual de Campinas, no período entre 1978 e 2000. Apresenta aspectos do sindicalismo do funcionalismo público e das universidades, descrevendo sobre a origem das associações sindicais de funcionários e docentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade Estadual de Campinas; Sindicalismo; Serviço Público; Universidades.

O propósito deste artigo foi descrever o movimento grevista na UNICAMP e analisar as ações coletivas à luz das duas categorias envolvidas: funcionários e docentes.

Considerando-se que de 1978 até 2000 os funcionários e docentes da UNICAMP realizaram muitas greves e paralisações, proponho fazer uma retrospectiva histórica sobre a organização dos funcionários e docentes da UNICAMP, tendo como pano de fundo o cenário sócio - político de cada época marcante destes movimentos.

### **O MOVIMENTO SINDICAL NO SETOR PÚBLICO**

De acordo com Nogueira (1993), o funcionário ou servidor público é considerado como um trabalhador assalariado de classe média<sup>3</sup>, porém não como assalariado de produção e sim do setor de serviços. A transição de servidor para trabalhador decorre da crescente deficiência econômico-social acarretada pelas constantes perdas salariais,

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação de mestrado: "Movimento de funcionários e docentes da UNICAMP entre 1978 e 2000", defendida em 2002 na Faculdade de Educação da UNICAMP.

<sup>2</sup> Assistente Social da Coordenadoria de Serviços Sociais – CSS UNICAMP, doutoranda em Educação na Faculdade de Educação UNICAMP.

<sup>3</sup> "As classes médias são compostas de assalariados ou de empregados que recebem salário mês e que não tem mais a possibilidade de acesso à propriedade independente" (MILLS apud NOGUEIRA, 1996, p.21).

Serviço Social & Saúde, Campinas, v.2, n.2, p.9-38

concomitante com a degeneração das condições de trabalho dessa categoria profissional, que se assemelha cada vez mais ao movimento do operariado. Porém, em relação às greves no setor público, após 1978 os movimentos dos trabalhadores tiveram um papel decisivo na construção de um novo padrão associativo e na reconquista do espaço público para o movimento sindical, apesar desses movimentos serem alvo de muitas críticas (OLIVEIRA, 1994). A esse respeito Nogueira refere que:

[...] a incorporação definitiva dos servidores públicos no movimento sindical e grevista deu-se durante a transição política da ditadura à democracia, em que os segmentos sociais intermediários, desde o final da década dos 70 e início dos anos 80, tem avançado em seus processos de organização e mobilização coletiva (NOGUEIRA, 1993, p. 7).

O sindicalismo do setor público se constrói no bojo da reorganização sindical do final dos anos 70, ocasião em que diversas associações passavam por processo de mudança. Esta época (1978), caracterizou-se por uma prática sindical mais mobilizadora buscando uma articulação nacional. Segundo Souza (1997), o sindicalismo de professores públicos constituiu-se no então “sindicalismo combativo” ou de “confrontação” cuja característica era enfrentar o governo através de prolongadas mobilizações e greves e ações coletivas de rua (aspas do autor). De acordo com Guedes:

A proibição da existência de sindicatos e do direito de greve no serviço público fez com que a iniciativa e a prática sindical tivessem af um tom altamente politizado. Estavam em questão a liberdade de organização e expressão, a luta pelas liberdades democráticas (GUEDES, 1994, p. 409).

Desde o início da década de 80, aumentaram as greves e as jornadas (período) de trabalho perdidas no funcionalismo público. Durante os anos 80 o Brasil figurou como um dos países de maiores taxas de greves em todo o mundo. O movimento sindical se fortaleceu muito ao longo dos anos 80 com a criação de muitos sindicatos oficiais e associações de caráter sindical, sobretudo no setor público (NOGUEIRA, 1993).

No decorrer dos anos 80, a recessão e os sucessivos planos econômicos ocasionaram uma diminuição dos salários, principalmente do setor público em razão da crise das finanças do Estado e do aumento da inflação (GUEDES, 1994). Conforme o IPEA, no Brasil a taxa média de evolução da renda per capita foi de 6% em 1970, de 0,9% em 1980 e no período de 1990 a 1998 caiu para 0,6% (ANDES-SN, 2001). Em 1987 o desemprego foi um inibidor de greves para diversas categorias, porém para o funcionalismo público foi o ano de maior volume de greves.

No primeiro bimestre de 1987 o número de grevistas do setor público foi de 290 mil trabalhadores, sendo que, no mesmo período de 1988 as paralisações neste setor cresceram para 548 mil trabalhadores, ou seja, 89% mais (DESEP, 1988). O aumento das greves do funcionalismo público ocorreu em virtude do fracasso do Plano Cruzado e do Plano Bresser<sup>4</sup>, numa tentativa de recuperação das perdas salariais e consequente queda do poder aquisitivo dessa classe, bem como pela capacidade de mobilização das associações e sindicatos de servidores e docentes nas diversas instituições. As greves dos funcionários públicos são mais longas devido a estabilidade no emprego e à demora e rigidez nas negociações por parte do Estado.

De acordo com Noronha (1992), o maior percentual de jornadas perdidas no período 1978/1987 está entre os professores de escolas e universidades públicas com 33,1%; as greves dos servidores públicos: 16,7%; o operariado: 9,2% e os demais servidores públicos: 8,2%.

No início de 1988 a atividade industrial retraiu-se, fazendo aumentar as taxas de desemprego e, conseqüentemente, dificultando a luta sindical. No setor público o funcionalismo enfrentou um profundo arrocho salarial, medida que o governo utilizou para controlar o déficit público e realizar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O crescimento das greves do funcionalismo ameaçou a política do Presidente José Sarney para conter o déficit público acarretando o endurecimento das negociações, repressão às mobilizações dos trabalhadores e demissão de grevistas, fazendo com que ocorresse um declínio das paralisações no segundo bimestre de 1988. Conforme dados do DIEESE, o congelamento dos reajustes salariais do funcionalismo público acarretou 40% de perdas, acumuladas em abril e maio de 1988 (DESEP, 1988).

Conforme Nogueira (1996), apesar da crise, nos anos de 1987, 1988 e 1989 ocorreu um aumento das greves do funcionalismo público e com isso o Brasil figurou num dos primeiros lugares em jornadas não trabalhadas.

---

<sup>4</sup> "Este plano econômico editado em 1987, pelo então ministro da Fazenda Luis Carlos Bresser Pereira contemplava: reajuste de preços e tarifas públicas; congelamento de preços e tarifas por três meses; aplicação de reajuste automático aos salários; abolição da escala móvel e estabelecimento da livre negociação salarial; pagamento dos resíduos; entre outras medidas" (GALVÃO, 1995, p.51).  
Serviço Social & Saúde, Campinas, v.2, n.2, p.9-38

Salienta-se que a Constituição Federal promulgada em 1988 assegura o direito de greve e amplia a decisão a respeito da conveniência e dos motivos da greve, tornando legítimas as greves políticas, greves de solidariedade e outras, caracterizando-se num avanço pelo fato da greve deixar de ser crime para tornar-se um direito (DESEP, 1988). Em seu estudo, Sandoval (1994) referiu que a promulgação da Constituição de 1988 acarretou a redução do controle estatal sobre os sindicatos e a extinção das intervenções sobre os mesmos.

Os servidores públicos também sofreram o impacto da reforma administrativa aplicada pelo governo Collor em 1989, a qual gerou o aumento da crise econômica, altas taxas de inflação, recessão intensa, juntamente com um arrocho salarial sem precedentes (OLIVEIRA, 1994).

A respeito disso verificamos que a partir dos anos 90 o desemprego, a precarização e a desregulamentação do trabalho passam a afetar os movimentos grevistas no setor público também, à semelhança dos trabalhadores do setor privado. Neste período ocorre um declínio do movimento grevista acarretado pelo agravamento da crise econômica e social e devido ao desemprego.

Observa-se nesta última década, o enfraquecimento do funcionalismo público, quer seja através das demissões e arrocho salarial, quer seja através da extinção e privatização de órgãos públicos. É o setor profissional mais desvalorizado durante os últimos vinte anos, acarretando sérias conseqüências para os serviços oferecidos à população (SOUZA, 1997). Podemos concluir que o governo vem se utilizando das greves do funcionalismo público para defender a idéia de privatização das estatais e criar a visão de que o funcionário público é um ser que trabalha pouco e, portanto, não é merecedor de um bom salário. Numa greve de funcionalismo público é muito importante que a população seja sensibilizada, pois o apoio da sociedade civil facilita a abertura de negociações por parte do Governo, já que atualmente a maioria das greves se concentra nesse setor, sendo que "no setor público predominam as greves dos funcionários estaduais e, ainda por outro ângulo, os das administrações diretas" (NORONHA, 1994, p. 342).

A deterioração das condições de vida e trabalho da maioria dos funcionários públicos e a crise do Estado tem contribuído para que a sociedade tenha uma imagem negativa do serviço público e, conseqüentemente, do funcionalismo. A sociedade tem

também uma visão de que o funcionalismo público faz greve em demasia (NOGUEIRA, 1993). O direito de greve no serviço público é um recurso muito polêmico atualmente, mas necessário para que o conjunto do funcionalismo defenda seus interesses enquanto cidadãos.

Apesar de todas as dificuldades com a implementação de políticas neoliberais, acarretando a exclusão da população no que se refere aos aspectos econômicos, sociais e políticos: “o essencial é travar a luta política, pois são decisões políticas que determinam salários aviltantes e destruição dos serviços públicos essenciais” [...] “a greve é o instrumento mais eficiente de luta coletiva” (MIRAGLIA, 1996, p. 24–5).

### **O MOVIMENTO GREVISTA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

O sindicalismo interno às universidades é recente, iniciando-se no final dos anos 70, concomitante com o chamado “novo sindicalismo”. Porém vale mencionar o panorama nas universidades antes dessa época, quando havia um sindicalismo ainda em fase de gestação.

Durante os anos de 1968 a 1976, durante o regime militar, houve repressão policial nas universidades brasileiras com prisões, seqüestros, torturas, desativação dos órgãos estudantis e afastamento de líderes docentes. Sendo assim, as greves nas universidades, bem como em todo o país, foram inviabilizadas fundamentalmente pela repressão do Estado (ADUNICAMP, bol. 1979).

A reforma universitária decretada pelo governo em 1968 foi caracterizada por atos de contenção política e mudanças na organização das universidades. Para se evitar os movimentos de docentes e alunos, bem como da sociedade como um todo, decretou-se o Ato Institucional número 5 e através do decreto lei número 477 de 1969, ficaram proibidas as atividades políticas de protesto nas universidades brasileiras (NEPP, 1985). Constituiu-se assim um verdadeiro controle político e ideológico nas universidades brasileiras.

O Estado aprofundou o processo de transformação das Universidades em instrumento de reprodução de ideologia dominante e de formação de mão-de-obra que atendesse o capital monopolista. A discussão sobre o sistema universitário foi reprimida, havendo pouco espaço para ações, discursos de contestação e crítica do regime vigente, dificultando uma práxis renovadora frente aos interesses do país. Esse autoritarismo por

parte do Estado se realizou através da centralização do poder, de instrumentos de cooptação e da própria organização burocrática das universidades (ADUNICAMP, bol. 1979).

No ano de 1979 os professores de primeiro e segundo grau e os docentes universitários foram alguns dos segmentos que iniciaram os movimentos no setor público, transformando-se em um dos principais grupos grevistas de assalariados de classe média.

Durante o final da década de 70 e início dos anos 80, as Universidades Estaduais Paulistas sofreram uma profunda crise. Neste período, houve um grande descaso por parte do governo estadual e federal com a educação, sendo que, devido ao corte de verbas, as Universidades Estaduais Paulistas passaram por momentos muito difíceis, quase indo a falência. O corte de verbas produziu a crise que teve como consequências a evasão de professores e técnicos, o rebaixamento dos salários e da qualidade do ensino e desestímulo à pesquisa.

Em virtude disso, bem como também de fatores conjunturais, em 1980 houve um movimento das associações de docentes e funcionários das três Universidades Públicas Paulistas, ou seja, UNICAMP, USP e UNESP; objetivando pressionar o Estado a garantir a existência de padrões satisfatórios de pesquisa, bem como o ensino superior gratuito, que atendam as demandas da sociedade. Na época, este movimento não se restringiu ao ambiente acadêmico, mas chegou a mobilizar grandes seguimentos da sociedade civil. Sendo assim, realizou-se em outubro de 1980, em Campinas, o Simpósio “Universidade, Estado e Sociedade” em que foi abordada a problemática da crise das Universidades Estaduais Paulistas (ADUNICAMP, 1980).

Portanto, desde a década de 80 observa-se uma perda do poder aquisitivo dos salários de funcionários e docentes, concomitante com a deterioração das condições de trabalho.

Em outubro de 1981 o governo Maluf decretou uma intervenção na UNICAMP exonerando oito diretores e demitindo 14 membros da ASSUC, causando com isso uma grave crise na Universidade. A intervenção ocorreu antes das eleições para reitor porque a democratização na Universidade contrariava as práticas anti-democráticas vigentes no regime autoritário da época. Porém, a comunidade universitária não acatou a intervenção e realizou inúmeras manifestações de repúdio com um estado permanente de mobilização (ADUNICAMP, 1997). Em seu depoimento Fernandes refere que: “Lacramos todas as

salas, fechamos a Universidade para os interventores não entrarem” (FERNANDES apud ADUNICAMP, 1991, p. 54).

Na década de 80 houve a continuidade do processo de distensão do regime autoritário concomitante com a recuperação da autonomia universitária, surgindo o processo de sindicalização nas universidades, após a Constituição Federal de 1988. O direito de greve no serviço público então regulamentado, tornou-se objeto de discussão e polêmica.

Em 1986 o Plano Cruzado congelou os salários quando estava ocorrendo a recuperação da pior fase salarial do período 1960–1986, e fazendo com que nós, das Estaduais Paulistas, não alcançássemos sequer o salário médio de 1981 (antes da última crise econômica), mesmo não considerando a inflação residual e os efeitos reais dos compulsórios (ADUNICAMP, bol. 05/09/86).

O Plano Cruzado representou um grande golpe contra a classe trabalhadora (operariado e funcionalismo público) por ter produzido um confisco nos salários e também porque seu impacto político diminuiu a tendência crescente dos movimentos populares.

Em 1989, graças a mobilização de docentes e funcionários, as Universidades Estaduais Paulistas conquistaram a autonomia universitária, ou seja, a autonomia institucional e financeira do Governo do Estado, através do repasse de 9,47% da arrecadação do ICMS. Com isso, os docentes e funcionários passaram a negociar salários diretamente com os reitores. Essa negociação direta vem favorecendo as Universidades Estaduais Paulistas em relação aos outros segmentos do funcionalismo público estadual no tocante aos reajustes salariais. As lutas de funcionários e docentes pelo aumento do repasse do ICMS (hoje de 9,54%) continua até hoje.

A autonomia universitária preserva a especificidade da vida acadêmica e evita a interferência de outros interesses. Estão previstas no artigo 207 da Constituição Federal as funções universitárias: o ensino, a pesquisa e a extensão (ADUNICAMP, 1999).

Também em 1989 foi criado o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP), para que se discutisse, face à autonomia, a política salarial com as associações de docentes e funcionários e no mesmo período, com o interesse de unificação entre docentes e funcionários para se discutir questões sociais e reajustes salariais. Criou-se

o FÓRUM das Seis Entidades que constitui-se das associações e sindicatos de funcionários e docentes das três Universidades Estaduais Paulistas. Desde 1993, participa também do FÓRUM o Sindicato dos trabalhadores do Centro Estadual de Ensino Tecnológico Paula Souza (SINTEPS). Desde o início, o FÓRUM constituiu-se capaz para articular em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, bem como do serviço público (ADUNICAMP, 1999). A criação do FÓRUM das Seis Entidades foi uma importante conquista para a união entre funcionários e docentes no setor das lutas sindicais. Podemos afirmar que as lutas da categoria organizadas pelo FÓRUM tiveram papel decisivo para que o arrocho salarial não fosse mais acentuado nos últimos anos, após a autonomia universitária.

A partir da criação do CRUESP e do FÓRUM, passou a existir uma relação de interlocução e debates no jogo de forças de poder vinculados respectivamente à administração das Universidades e Entidades representantes dos interesses dos funcionários e docentes. Porém antes disso, de acordo com Galvão (1995), no início docentes e funcionários reuniam-se com o CRUESP em separado, pois havia uma resistência dos docentes em se discutir em conjunto com os funcionários. As associações de funcionários então, constituíram o Conselho de Representantes dos Trabalhadores das Universidades Estaduais Paulistas (CRETUESP), para que pudessem se articular de forma mais ampla e negociar com o CRUESP. Após uma discussão sobre a necessidade da união das duas categorias, as associações e sindicatos passaram a se reunir com o CRUESP em conjunto originando então o FÓRUM das Seis Entidades.

Segundo Coelho (1996), a universidade brasileira vive um conflito interno, o qual a impede de contribuir mais eficazmente à transformação democrática da sociedade. As verbas deficitárias para a pesquisa e o arrocho salarial causam a perda de qualidade do ensino, induz ao surgimento de fundações privadas dentro das universidades públicas, a busca de outras fontes de renda pelos docentes.

No campo do ensino superior, mais recentemente, o governo federal está propondo uma reforma universitária na qual as instituições públicas de ensino superior teriam áreas de atuação privatizadas. Para complementar o orçamento, as universidades públicas necessitam cada vez mais de prestar serviços e consultorias à empresas privadas ou estatais.

Vale lembrar que existe há muito tempo uma discussão de se cobrar mensalidades dos alunos para aumentar o orçamento e, como conseqüência, isso traria uma maior



elitização do ensino superior. Outra proposta seria de se implantar a gratuidade seletiva, já que o acesso à universidade pública é feito por alunos de classe social mais elevada em sua grande maioria. O Banco Mundial preconiza que na América Latina o ensino superior seja responsabilidade do setor privado, pois a demanda por este nível de ensino é crescente. O governo FHC pretendia desobrigar o Estado em relação ao ensino público universitário.

A Luta pelo ensino público e gratuito é muito antiga. A ditadura militar, em 1965, definiu o pagamento das anuidades nas Universidades Federais. O movimento estudantil, naquela época forte e contestatório, resistiu a implantação do sistema, então, considerado simbólico, mas abrindo o caminho para a universidade paga (PINHEIRO, 1994, p. 70).

Na perspectiva do momento, para que essas propostas sejam revertidas e as Universidades Públicas sejam preservadas, é necessário uma luta conjunta das instituições públicas de ensino superior em conjunto com a organização de toda a sociedade

Fica evidenciado pelo estudo de Coelho (1996), que as Universidades brasileiras estão em situação difícil, pois o poder político autocrático-patrimonialista está conduzindo as instituições públicas à falência e sucateamento, com iniciativas do governo que visam acabar com direitos conquistados, tais como a estabilidade dos servidores públicos, a aposentadoria integral.

É importante salientar também que há algum tempo os governos do país vem questionando o funcionamento das universidades públicas. Propaga-se pelo governo, que a universidade pública é ineficiente e que precisa ser privatizada para melhorar. Esse discurso de ineficiência serve como desculpa para que se arroche os salários e diminuam-se as verbas (ADUSP, set/1998).

Nos últimos anos os funcionários públicos têm sido os “bodes expiatórios” da crise do Estado, atribuindo-lhes as culpas pela deterioração das contas do governo, sendo que a maioria destes recebem baixos salários e cada vez mais arrochados, em virtude de uma política de muita recessão dos últimos governos. É essa imagem que a mídia retrata com o apoio de grande parte da população, embora não conhecendo a realidade do setor público no Brasil (ROCHA apud NOGUEIRA, 1996).

No setor universitário foram criadas a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior Sindicato Nacional (ANDES-SN) e a Federação das Associações dos Servidores Universitários Brasileiros (FASUBRA) que desde 1989 e 1991, respectivamente, foram

transformadas em sindicatos nacionais. Na UNICAMP, o STU é filiado à FASUBRA e a ADUNICAMP à ANDES-SN.

Vale lembrar que Ridenti (1995), aponta que o Movimento Docente tem características comuns com o Movimento Estudantil, sendo que os primeiros dirigentes da ANDES-SN eram quase todos vinculados ao Movimento Estudantil nos anos 60 e 70. O Movimento Docente herdou também como característica do Movimento Estudantil, a união entre o conjunto das reivindicações com a luta política. Essa questão de que as lideranças de entidades tiveram sua inserção nos movimentos sociais desde a época estudantil ficou evidenciada também nesta pesquisa, quando da realização das entrevistas com militantes da ADUNICAMP e alguns do STU.

Fantinatti (1998), refere que o sindicalismo docente caracteriza-se pelo corporativismo profissional que segmenta-se pela profissão, caracterizando-se numa identificação coletiva e restringindo-se ao aspecto sindical e ao setor particular da profissão.

Outra questão que se faz presente é que existe uma situação de contradição vivida por ex-dirigentes do Movimento Docente, que hoje ocupam cargos de comando na universidade, como diretores de institutos ou faculdades, pró-reitores e até reitores, eleitos diretamente pela comunidade acadêmica. Aqueles que resistem à atitude fácil de acomodação a ordem estabelecida vêm-se desafiados a propor mudanças de fundo na universidade, e para tanto precisam de apoio e mobilização dos docentes, cujos interesses imediatos eles por vezes se vêem na contingência de enfrentar. Devem, então, negociar com o movimento em nome do Estado. Percebemos que esse fato vem ocorrendo em várias universidades, inclusive aqui na UNICAMP.

Existe um outro fator que ocorre no sindicalismo docente. Com a massificação e a concorrência ocorre a deterioração da identidade profissional dos docentes, empurrando-os para a condição de trabalhadores assalariados e isso implicando em uma redefinição desta identidade (COELHO apud NAVARRO, 1999). Segundo Fantinatti (1998), a condição de trabalhadores assalariados não seria percebida pelos docentes por serem intelectuais, pesquisadores, percebendo-se então como categoria neutra frente às contradições de classe do capitalismo. No trabalho docente a figura do patrão fica diluída, propiciando um sentimento de autonomia e isolamento nas atividades, proporcionando uma resistência, num

primeiro momento, para assumir as lutas coletivas, não se percebendo na condição de um conjunto de trabalhadores assalariados.

Pude constatar também, através das entrevistas realizadas nesta pesquisa, com docentes militantes, que a categoria docente não se vê na condição de trabalhadores assalariados, provavelmente em virtude de serem portadores de conhecimentos especializados e de um certo status adquirido no decorrer da carreira acadêmica.

Quando se deseja chamar a atenção da sociedade para os problemas internos da universidade é utilizada pelo movimento docente a valorização da educação, da ciência, essenciais para o desenvolvimento do país, objetivando o apoio da sociedade aos propósitos da greve com a intenção de resgate do valor profissional dos docentes. Sobre essa afirmação, penso que vincular às greves salariais a defesa do ensino universitário público e gratuito, seria porque os docentes são mais politizados em relação às outras categorias, suas pautas reivindicatórias propõem um projeto de Universidade, de política universitária, de pós graduação e pesquisa, propõem uma postura mais crítica e autônoma frente à normatização do governo Federal, propõem a defesa da qualidade e compromisso social dessa universidade. Tudo isso é mais do que impedir a sua privatização.

#### **RESGATE DA HISTÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS DA UNICAMP**

De acordo com o Projeto Memória do STU, a Associação dos Servidores da UNICAMP (ASSUC), foi fundada em 23/09/1967 com a finalidade de promover a união da classe, a defesa dos direitos e interesses dos associados e assistência aos mesmos e suas famílias, conforme registrado em seu estatuto. Ainda, conforme seu primeiro estatuto, dedicava-se exclusivamente à promoção do bem estar físico, espiritual e social de seus associados. Esse objetivo perdurou até 1979, sendo que a partir dessa época a ASSUC passou por transformações em sua diretoria e tiveram início as atividades de luta em defesa dos interesses dos funcionários e, inclusive, levando para a comunidade externa as discussões geradas no ambiente universitário (STU, 2001). Diversos entrevistados informaram que a ASSUC foi fundada por iniciativa de alguns funcionários do alto escalão da Universidade, tais como o Procurador Geral e o coordenador da DGRH.

No início, a ASSUC contava com pouco mais de duzentos associados<sup>5</sup> sendo que, na época, a Universidade tinha, entre funcionários e docentes, aproximadamente cerca de 400 servidores. Atualmente o STU conta com 5.498 sindicalizados, incluindo 200 docentes aproximadamente, conforme informação da diretoria atual<sup>6</sup>. Nota-se que é um alto índice de sindicalização, acima da média nacional.

A ASSUC transformou-se em sindicato, ou seja, Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP (STU) durante o I Congresso dos Trabalhadores da UNICAMP realizado em 21, 22 e 23 de junho de 1991. Conforme Antunes, “[...] os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação e fiscalização dos salários, da jornada de trabalho e da legislação social” (ANTUNES, 1980, p. 14).

Segundo os entrevistados, o STU atualmente é independente em relação à reitoria, possui uma diretoria colegiada, realiza eleições com proporcionalidade direta na base, faz assembléias, congressos e possui Conselho de Representantes superior à diretoria.

Pudemos observar que no interior do STU existem militantes de diversos partidos políticos, sendo que é permitida a sindicalização tanto de funcionários quanto de docentes.

A Associação dos Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP), foi fundada em 12/05/1977 oriunda da necessidade dos professores da Universidade em defender seus interesses. Desde o início a ADUNICAMP debatía questões que envolviam a conjuntura político-econômica do país. As discussões da entidade abrangiam também questões como a democratização da UNICAMP, bem como a melhoria das condições de trabalho. Apresenta uma relação estreita com o movimento sindical, participando do FÓRUM das Seis Entidades, da ANDES-SN e também atuando junto à CUT<sup>7</sup> para o encaminhamento de projetos relacionados a educação e aos serviços públicos (ADUNICAMP, 1997). Vale observar que o surgimento da ADUNICAMP ocorreu na época da ditadura e contra esta, no processo de acompanhamento dos movimentos populares pela democratização do país (ADUNICAMP, 1991).

A ADUNICAMP foi criada a partir de uma assembléia com 370 docentes, sendo que a UNICAMP possuía 900 docentes. Na época, a sociedade estava se reorganizando e se

<sup>5</sup> Conforme Jornal Noticiassue de 03/03/69.

<sup>6</sup> Dados do STU de setembro/2002.

<sup>7</sup> A ADUNICAMP filiou-se à CUT em fevereiro de 1997.

manifestando contra a ditadura militar e estava ocorrendo a criação de várias instituições docentes de ensino superior por todo o país.

Conforme Fantinatti (1998), a criação das Associações de Docentes da UNICAMP, USP e UNESP deveu-se aos seguintes fatores: combater os baixos salários após o “milagre econômico”, resistência à ditadura e necessidade de democratização interna da universidade. Com a obtenção do direito a sindicalização, as associações de docentes da USP e UNESP passaram a ser seções sindicais do ANDES-SN.

Embora a ADUNICAMP possua características sindicais ela não é um sindicato e nem seção sindical do ANDES-SN, pois de acordo com alguns dos entrevistados, a categoria docente, em sua maioria, prefere que a ADUNICAMP permaneça como associação. Essa questão dos docentes resistirem à idéia de transformar a ADUNICAMP em sindicato pode ser interpretada como sendo o fato de que estes não se sentem como trabalhadores assalariados e sim como intelectuais, uma categoria diferenciada, conforme o depoimento abaixo:

[...] eu acho que é um pouco de preconceito; sindicato é coisa de trabalhador e apesar dos professores muitas vezes fazerem greve e utilizarem métodos da classe trabalhadora, eles não se consideram trabalhadores iguais aos outros. Como sindicato é coisa de trabalhador, eles preferem associação “ (José Vitório Zago, dirigente ADUNICAMP).

Outra hipótese para a ADUNICAMP ter permanecido como associação seria porque tornar-se sindicato significaria atrelar-se à estrutura sindical oficial.

Conforme informações do atual presidente da ADUNICAMP José Roberto Zan, faz parte do programa da diretoria atual a mudança dos estatutos da entidade para a sua transformação em seção sindical do ANDES-SN, como são a ADUSP e ADUNESP, sendo que atualmente a ADUNICAMP possui 2.073 docentes associados<sup>8</sup>. Podem filiar-se à Associação somente a categoria docente, conforme consta em seu estatuto.

---

<sup>8</sup> Conforme dados da ADUNICAMP de outubro/2002.  
Serviço Social & Saúde, Campinas, v.2, n.2, p.9-38

## A TRAJETÓRIA DAS GREVES NA UNICAMP

Desde sua fundação em 1966 até o ano da última grande greve, ou seja 2000, a Universidade Estadual de Campinas vivenciou mais de setenta movimentos de funcionários e docentes, entre os quais paralisações curtas (um a cinco dias) até greves longas (53 e 70 dias).

Descreveremos sobre a evolução das greves na UNICAMP buscando realizar um mapeamento com dados pormenorizados, inclusive das paralisações ocorridas, através de documentos e análise das entrevistas. Achamos interessante agrupar os dados dispersos segundo períodos políticos e características próprias de cada período, ou seja, de 1978 a 1984 – fase ainda da ditadura militar com a luta pela redemocratização; de 1985 a 1989 – fase da Nova República com o aumento das greves principalmente no setor público e o período em que as Universidades Estaduais Paulistas alcançam a autonomia universitária; de 1990 a 1994 – fase do início do neoliberalismo de Collor com a retração do movimento sindical devido ao desemprego e à recessão; de 1995 a 2000 – continuidade do neoliberalismo com Fernando H. Cardoso, muitas privatizações no setor público, recessão, desemprego e deterioração do serviço público.

No primeiro período, que compreende de 1978 a 1984, o país iniciou a retomada dos movimentos sociais e ansiava pelo final da ditadura militar. Foi nesse período que teve início as lutas na UNICAMP, incentivadas pelas greves do ABC e numa mobilização em conjunto com toda a sociedade pelo fim da ditadura. Durante esta década ocorreu o aprofundamento da crise do “milagre” com queda da atividade econômica, quadro recessivo e arrocho salarial. O início dos movimentos na UNICAMP ocorreu com a primeira paralisação de docentes em maio de 1978 por reajuste salarial, sendo que até essa data as greves e paralisações foram inviabilizadas devido a repressão praticada na época da ditadura militar. Sendo assim, durante a gestão pioneira de Zeferino Vaz, de 1966 a 1977, não ocorreram paralisações ou greves na UNICAMP.

“Mil novecentos e setenta e oito é o marco da retomada do movimento sindical no Brasil, ocorrido com os movimentos dos sindicalistas da região do ABC paulista” (NORONHA, 1991, p. 28).

As greves do ABC impulsionaram os movimentos no setor público em geral. Neste período, ou seja, entre 1978 e 1984 ocorreram na UNICAMP oito paralisações salariais,  
Serviço Social & Saúde, Campinas, v.2, n.2, p. 9-38

três paralisações convocadas pela CONCLAT e duas paralisações de protesto contra demissões, democracia interna. Não foi possível detectar o número de grevistas em cada movimento, uma vez que esse dado não apareceu nos documentos pesquisados.

Ainda na UNICAMP, a luta de docentes e funcionários por melhores condições de trabalho, ensino e pesquisa teve um acirramento em 1977, acarretando a primeira greve em 17/04/1979 e abrangendo também todo o funcionalismo público estadual. Esta greve teve como característica a longa duração (aproximadamente 35 dias) e grande dificuldade em termos de negociação, em virtude do não reconhecimento das associações dos servidores públicos (ADUNICAMP, 1980). Nesta época o governador era Paulo Maluf e a reivindicação era 70% mais 2.000,00 cruzeiros. Segundo os entrevistados, esta greve ocorreu por iniciativa do Grupo dos 13<sup>9</sup> juntamente com todo o funcionalismo público estadual, tendo ocorrido muita repressão ao movimento por parte do governo estadual, com funcionários e docentes sendo levados ao DOPS. Nesta época os militantes (docentes e funcionários) realizavam “arrastão”<sup>10</sup> nas unidades e salas de aula, tendo este método perdurado por algum tempo e posteriormente foi abolido. Durante essa greve quem estava na reitoria era o Prof. Plínio Alves Moraes e quem mandava na Universidade durante a mobilização era um comando de greve formado por alunos, docentes e funcionários, tendo essa greve uma adesão de quase a totalidade de docentes e funcionários da UNICAMP. Consta que a vanguarda dessa greve foram os professores representados pela APEOESP e os docentes das universidades. Nesta época a ASSUC era contrária à greve, pois não tinha um perfil de entidade de luta reivindicatória. Havia na Universidade um grupo de funcionários que juntaram-se à ADUNICAMP para construir a greve e esse grupo formou uma chapa que ganhou a direção da ASSUC no mesmo ano. Posteriormente a ASSUC ainda esteve por dois períodos de diretorias atreladas com os interesses da reitoria: de 1985 a 1990.

---

<sup>9</sup> Grupo dos 13 era um grupo que reunia as lideranças dos principais segmentos do funcionalismo público Estadual.

<sup>10</sup> Esse método de mobilização consistia em entrar nos locais de trabalho e levar as pessoas para junto do movimento.

Em maio de 1981 as Universidades Estaduais Paulistas juntamente com o funcionalismo público estadual realizam uma greve de aproximadamente 30 dias, por salários dignos, autonomia universitária e democracia interna (IFCH, bol.1981).<sup>11</sup>

Os funcionários do HC UNICAMP realizaram uma greve a partir de 03/10/1981 de 15 dias devido salários atrasados tendo uma parcela dos demais funcionários da Universidade também aderido à greve em solidariedade (Folha de São Paulo, 13, 18 e 21/10/1981).

Como já mencionado anteriormente, em 17 de outubro de 1981 o governador Paulo Maluf decreta uma intervenção na UNICAMP com repercussão internacional. Foram exonerados oito diretores de Institutos e demitidos quatorze funcionários. Durante a intervenção, de acordo com documentação da época e entrevistas que realizamos com militantes durante essa pesquisa, os docentes, funcionários e alunos “ocuparam” todo o campus para impedir a invasão da universidade pelos militares e para impedir a entrada dos interventores nomeados por Maluf. Foi uma mobilização que abrangeu toda a comunidade universitária, ou seja, docentes, funcionários e alunos.

Mas não bastava apenas repudiar, quase que festivamente, os interventores. Era preciso organizar a resistência. Decretar greve? Contra esta posição dos funcionários e estudantes, a ADUNICAMP propôs, e ganhou, o “estado de mobilização permanente”, para prosseguir normalmente as atividades. Mutirões foram organizados para manter em funcionamento os setores infra-estruturais: restaurante, administração, etc. Os esforços concentraram-se basicamente nos trabalhos da resistência, coordenada pela Comissão de Defesa da Universidade (CDU) (ADUNICAMP, 1991, p.58).

Durante essa mobilização reivindicavam a volta dos diretores exonerados, a readmissão dos funcionários demitidos e a saída dos interventores.

Esse “estado de mobilização permanente” conhecido pela “greve da intervenção”



Sobre essa questão do “acordo” feito na época da intervenção, percebe-se que a categoria docente repudia essa negociação até hoje, tendo esse fato sido referido algumas vezes durante as entrevistas realizadas na pesquisa.

Conforme depoimento das lideranças do STU, a partir de 1981 foi criado informalmente um trabalho de organização de base com Conselho de Representantes nas diversas unidades da Universidade, propiciando a entrada na segunda metade da década de 80 com um movimento sindical extremamente vigoroso.

Em 17/03/1982 novamente as Universidades Estaduais Paulistas realizaram outra greve, agora de 09 dias, juntamente com o funcionalismo público estadual. Funcionários e docentes reivindicavam reajuste salarial e cancelamento de demissões (Jornal Diário do Povo, 17/03/82 e outros).

No dia 14 abril de 1984 as Universidades Estaduais Paulistas com a categoria de docentes e funcionários, juntamente com o funcionalismo público estadual, realizaram uma greve de 25 dias reivindicando reajuste salarial, reposição das perdas, diretas para reitor e presidente e pelo fim das repressões na UNICAMP (ASSUC bol.23 a 27/04/1984 e outros). Na época o governador do Estado era Franco Montoro.

No segundo período, ou seja, de 1985 a 1989 foi a época da redemocratização da sociedade, sendo que a partir de 1989 as negociações das greves passam a ocorrer entre o FÓRUM das Seis Entidades e o CRUESP devido a conquista da autonomia universitária, sendo que até então as negociações ocorriam entre o governo estadual e as universidades em conjunto com o funcionalismo público estadual. Neste período ocorreram na UNICAMP doze paralisações salariais e três paralisações convocadas pela CGT e CUT com as seguintes reivindicações: contra Plano Bresser, não pagamento da dívida externa, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, eleições diretas, gatilho salarial.<sup>13</sup>

Em 06 de maio de 1987<sup>14</sup>, após a posse de Orestes Quércia no governo, ocorreu outra importante greve de aproximadamente 16 dias, a chamada “greve do gatilho” das três Universidades Estaduais Paulistas também em conjunto com o funcionalismo público estadual. A reivindicação era o retorno do pagamento do gatilho salarial que Quércia havia

<sup>13</sup> Quando a inflação atingisse 40% automaticamente dispararia o gatilho, isto é, o reajuste salarial.

<sup>14</sup> O período entre 1984 e 1986 praticamente não registra greves, pois a documentação da ASSUC referente a esse período foi perdida e os entrevistados não mencionaram ter havido greves nesse período. Serviço Social & Saúde, Campinas, v.2, n.2, p.9-38

suspendido e 44% de reajuste salarial. Com o movimento, conseguiu-se derrubar o projeto de Quércia e obteve-se o reajuste reivindicado. (ASSUC, bol. 07/05/87 e outros).

[...] na famosa greve do gatilho a gente conquistou 44% de reajuste, foi um índice muito importante, foi uma luta guerrida porque exatamente nós da UNICAMP lideramos a greve do funcionalismo estadual. (Elói José da Silva Lima, ex-dirigente ASSUC/STU).

Em 11/06/1987 os funcionários da UNICAMP e o funcionalismo público estadual permaneceram em greve por oito dias, sendo que a reivindicação era o pagamento de quatro gatilhos e o piso de três salários mínimos (ASSUC, bol. 11 e 16/06/87).

Ainda no ano de 1987, em 18/11/87 funcionários e docentes das três Universidades Estaduais Paulistas e o funcionalismo público estadual permaneceram em greve por sete dias reivindicando um reajuste de 86,44%. As conquistas do movimento foram: um abono de 20% a partir de 01/11/87, abono de 30% a partir de 01/12/87, reajuste trimestral a partir de 01/01/88 e a continuidade de negociação com o Grupo dos 19<sup>15</sup> (ASSUC, bol.17 e 26/11/87 e outros).

Em 22/02/1988 funcionários e docentes juntamente com o funcionalismo público estadual realizaram novamente uma greve de sete dias reivindicando 144% de reajuste salarial. Os resultados do movimento foram: 44,93% sobre os 38% a partir de 01/01/88 e nenhum desconto dos dias parados. Consta que houve repressão por parte de autoridades públicas (ASSUC, bol. 23/02/88 e outros).

No mês de outubro de 1988 foi lançada pelas três Universidades Estaduais Paulistas a campanha “SOS Universidade”, com o objetivo de garantir a autonomia universitária e obter reajuste salarial. Essa campanha “SOS Universidade” ocorreu durante a famosa “greve da autonomia”. iniciada em 14/09/1988 (que se reivindicava reajuste salarial e o

em 27/10/1988 pelo governo foi uma agressão com cavalos e bombas deixando um funcionário da USP em coma e ferindo outros<sup>16</sup>.

A questão da autonomia significou também um distanciamento e um descompromisso do governo para com as Universidades, ocasionando um relacionamento difícil entre docentes e funcionários com o CRUESP.

Em 04/01/1989 ocorreu uma greve de seis dias dos funcionários das obras da UNICAMP (ESTEC) reivindicando a não-reposição e descontos dos dias parados durante a última greve. Não foi mencionado nos documentos pesquisados os resultados do movimento.

No terceiro período que compreende de 1990 a 1994, é implantado no país o neoliberalismo de Collor. Neste período ocorreram na UNICAMP onze paralisações por reajuste salarial e três paralisações juntamente com o funcionalismo público e operariado, convocadas pela CUT e CGT, com as seguintes pautas de reivindicação: estabilidade no emprego, seguro desemprego, não à privatização, reforma agrária, não pagamento da dívida externa e recuperação dos salários arrojados.

Em 08/11/1990 docentes e funcionários das três Universidades Estaduais Paulistas permaneceram em greve por dezesseis dias reivindicando reajuste salarial. Não consta nos documentos pesquisados se houve conquistas no movimento.

Em 15/03/1991, novamente as Universidades Estaduais Paulistas (funcionários e docentes), professores de primeiro e segundo graus, operariado, municipais e o funcionalismo público estadual permaneceram cerca de quinze dias em greve devido ao arrocho salarial, sendo que a Polícia Militar adentrou no campus da UNICAMP. Nos documentos pesquisados não consta se o movimento obteve conquistas.

Em 1991, as universidades brasileiras, através dos movimentos sindicais, contribuíram para que a sociedade se reorganizasse politicamente para a democratização (COELHO, 1996).

No dia 04/06/1992 funcionários e docentes das três universidades Estaduais Paulistas entraram em greve por sete dias por reajuste salarial. Não constou outras informações sobre essa greve nos documentos pesquisados.

---

<sup>16</sup> Para maiores informações sobre essa greve ver boletins ASSUC n.º 70 à 106 e de 26/09/88, 28/10/88, 16/11/88 e Jornal ASSUC dezembro/88.

Durante o mês de junho de 1994 ocorreu outro ato público intitulado “SOS Universidade” durante a greve de quarenta dias ocorrida nas três Universidades, ou seja, USP, UNESP e UNICAMP com adesão de funcionários e docentes. Essa greve teve início em 11/05/1994 tendo sido em conjunto com professores da rede estadual de ensino. Foi considerada também uma das mais longas da história das Universidades Estaduais Paulistas. As categorias reivindicavam um reajuste de 37% e como conquista do movimento obtiveram um abono de 18%, havendo ameaça de repressão pelas autoridades públicas. Nesse período o reitor era o Prof. José Martins Filho que, durante essa greve, numa ocupação do restaurante do Hospital de Clínicas, praticou diversas demissões de funcionários e de um docente, os quais foram posteriormente readmitidos. Ainda sobre essa greve:

Durante o movimento, a posição dos reitores foi bastante dura, o que se pode comprovar pelo encerramento das negociações, recusas em marcar novas reuniões mesmo frente à insistência dos representantes das categorias, solicitação das listas de grevistas e orientação para que os diretores imputassem faltas aos servidores em greve, determinação de suspensões e até de demissões. A reivindicação era de 37% de reajuste salarial e obteve-se como conquista um abono de 18% (GUTIERREZ e DAL RI, 1995, p. 88).

Este movimento foi ostensivamente reprimido pela administração central e CRUESP e com o encerramento da negociação por parte dos reitores, concomitante com as punições, a greve se encerrou.

No quarto período, ou seja, de 1995 a 2000 o processo de neoliberalização da sociedade continua e cada vez mais ocorre a terceirização na Universidade. Neste período ocorreram onze paralisações de caráter salarial e três paralisações convocadas pela CUT e CGT, as quais apresentavam as seguintes reivindicações: contra o Projeto da Previdência,

foi em conjunto com a USP e UNESP. A reivindicação era de 56% de reajuste salarial e obteve-se apenas 7,63%.

Durante toda a greve (1996) o CRUESP propôs o dia 10/07/96 como uma data para a negociação salarial, sendo que nesta data o FÓRUM dirigiu-se para a sede do CRUESP e não encontrou lá reitor algum, apenas representantes da administração das três universidades sem nenhuma proposta para a negociação salarial (ADUSP, 1996). Essa greve teve o seu desenvolvimento arrastado devido a morosidade das negociações por parte do CRUESP e o índice de reajuste salarial conquistado foi muito baixo.

Em 1997, 1998 e 1999 os salários nas Universidades Estaduais Paulistas estavam muito baixos, o governo usou a falência do Plano Real para justificar que não havia dinheiro e também devido ao aperto orçamentário nas universidades não houve ocorrência de greve, apenas paralisações. Em 1997 o reitor, José Martins Filho, concedeu um reajuste diferenciado durante paralisação pela campanha salarial. A reivindicação das categorias de docentes e funcionários era de 30% e foi dado um reajuste de 8% para os funcionários e 10% para os docentes. A isonomia salarial não era quebrada desde 1990 (STU, 21/05/1997).

Durante a campanha salarial, em abril de 2000 o CRUESP ofereceu apenas 7% de reajuste salarial, sendo que a pauta de reivindicação do FÓRUM das Seis era de reajuste de 25%. Em 26/04/2000 inicia-se a greve na UNICAMP pelo reajuste citado e em defesa da Universidade pública e gratuita. O reitor era Hermano Tavares e como a greve foi longa (53 dias), houve personalidades da comunidade científica, parlamentares e várias entidades mediando o conflito. Durante essa greve foram utilizados pelos três segmentos envolvidos na greve: funcionários, docentes e alunos, todos os tipos de ações coletivas, ou seja, assembleias, piquetes, passeatas, manifestações e concentrações em locais públicos, ocupação de locais de trabalho, distribuição de folhetos e manifestos na mídia. Houve registros de violência policial em documentos e depoimentos (STU, 27/04/2000 à 16/06/2000).

O recente movimento grevista de 2000 das Universidades Estaduais Paulistas por melhores salários e em defesa da universidade pública foi o mais fortalecido desde 1988, haja visto que os salários de funcionários e docentes destas instituições estavam tão defasados que a qualidade do ensino e da pesquisa poderia ficar prejudicada. As lutas

Serviço Social & Saúde, Campinas, v.2, n.2, p.9-38

propiciaram a recomposição parcial dos salários, bem como uma parceria entre docentes, funcionários e alunos em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Na avaliação das lideranças do movimento essa greve foi considerada vitoriosa.

**TABELA 1 – NÚMERO DE GREVES E PARALISAÇÕES NA UNICAMP**

	1978 – 1984		1985 – 1989		1990 – 1994		1995 – 2000	
	PARAL.	GREVES	PARAL.	GREVES	PARAL.	GREVES	PARAL.	GREVES
FUNC.	08	05	15	06	11	04	14	03
DOCENTE	10	04	10	04	12	04	11	03
TOTAL	18	09	25	10	23	08	25	06

FORTE – Boletins ASSUC/ STU e ADUNICAMP

Segundo os dados da Tabela 1 podemos observar que vem diminuindo o número de greves ao longo dos anos. As paralisações estão mantendo-se na média. O período de maior número de movimentos de funcionários na Universidade foi entre 1985 e 1989. Em relação aos docentes, o período de maior número de movimentos foi entre 1990 e 1994.

**TABELA 2 – INSTITUIÇÕES E SEGMENTOS ENVOLVIDOS NAS GREVES E PARALISAÇÕES DA UNICAMP**

	1978 – 1984		1985 – 1989		1990 – 1994		1995 – 2000	
	PARAL	GREVES	PARAL	GREVES	PARAL	GREVES	PARAL	GREVES
UNICAMP	12	05	14	05	14	04	14	03
USP*	03	04	05	04	09	05	06	02
UNESP*	04	04	05	03	09	05	09	02
UNIV. ESTA. PAULISTAS	02	04	06	03	09	04	06	02
FUNC. PÚBL. ESTADUAL	02	04	09	04	02	01	04	–
FUNC.PÚBL. ENSINO	01	03	01	02	–	01	–	–
UNIV. PÚBL. BRASILEIRAS	01	–	01	01	–	01	–	–
OPERARIADO/ MUNICIPAIS	–	–	03	01	01	01	02	–

**FONTE** – Boletins ASSUC/STU e ADUNICAMP.

\*Foi quantificado o número de greves e paralisações da USP e UNESP apenas quando estas eram referidas nos documentos consultados, portanto o número de movimentos nestas Universidades pode não estar correto. Idem para as demais categorias.

De acordo com a Tabela 2 podemos ver que ao longo dos anos mantiveram-se numa mesma média os movimentos na UNICAMP. O período entre 1985 e 1989 foi o de maior número de frequência de movimentos, certamente porque houve muitas perdas salariais durante toda a década de 80 em decorrência da implementação dos diversos planos econômicos.

**TABELA 3 – NÚMERO DE GREVES E PARALISAÇÕES NA UNICAMP – 1978 a 2000**

ANO	DOCENTES		FUNCIONÁRIOS	
	PARAL.	GREVE	PARAL.	GREVE
1978	01	–	–	–
1979	–	01	–	01
1980	01	–	–	–
1981	06	01	04	03
1982	–	01	–	01
1983	02	–	03	–
1984*	–	01	01	01
1985*	01	–	01	–
1986*	–	–	–	–
1987	03	02	06	03
1988	04	02	06	02
1989	02	–	02	01
1990	02	01	04	01
1991	04	01	02	01
1992	02	01	01	01
1993	01	–	01	–
1994	02	01	02	01
1995	01	01	03	01
1996	03	01	05	01
1997	01	–	01	–
1998	03	–	03	–
1999	02	–	02	–
2000	–	01	–	01
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>15</b>	<b>47</b>	<b>19</b>

FONTE – Boletins ASSUC/STU e ADUNICAMP.

\*Os boletins do STU referentes aos anos de 1984, 1985 e 1986 foram em quase sua totalidade perdidos devido à uma inundação ocorrida no Centro de Convenções, local onde o material estava provisoriamente guardado.

De acordo com a Tabela 3 podemos verificar que nos anos de 1997, 1998 e 1999 não houve espaço para greves, uma vez que ocorreu um aperto orçamentário na Universidade, onde foram impostas restrições a toda a comunidade universitária. Esse refluxo do movimento grevista em comparação com períodos anteriores ocorre devido aos impactos na Universidade da implantação do neoliberalismo, acarretando a precarização das relações trabalhistas, privatizações e o desemprego. Houve um maior número de paralisações de docentes em 1981 e dos funcionários em 1987 e 1988. Comparando as duas



categorias, vemos que os funcionários realizaram um maior número de greves e paralisações do que os docentes.

**TABELA 4 – NÚMERO DE GREVES POR REITORIAS (\*)**

	FUNCIONÁRIOS		DOCENTES	
	PARAL.	GREVE	PARAL.	GREVE
1978–1982 / Plínio A. Morais	04	05	08	03
1982–1986 / José Aristodemo Pinotti	05	01	03	01
1986 – 1990 / Paulo Renato C. Souza	14	06	09	04
1990 – 1994 / Carlos A. Vogt	09	03	09	03
1994 – 1998 / José Martins Filho	11	03	08	03
1998 – 2002 / Hermano de M. Tavares	05	01	05	01

**FONTE** – Boletins ASSUC/STU e ADUNICAMP.

(\*) As gestões dos reitores sempre terminam no mês de abril a cada 04 (quatro) anos, com exceção de Zeferino Vaz, em cuja gestão (1966–1978) não há registro de paralisações e greves.

Conforme a Tabela 4, podemos observar que vem diminuindo o número de paralisações e greves ao longo dos anos. O período de maior ocorrência de movimentos foi entre 1986-1990, o qual apresentou quatorze paralisações e seis greves (funcionários) e em segundo lugar o período entre 1994 e 1998 com onze paralisações e três greves (funcionários). De acordo com os entrevistados podemos dizer que as reitorias mais autoritárias administraram a Universidade entre o período de 1990 a 1998.

Uma característica da maioria dos movimentos na Universidade é que são por reajuste salarial, tendo havido a ocorrência de algumas greves de ordem política. A análise sobre o grau de conquista dos movimentos, isto é, se obteve-se conquistas das reivindicações nas diversas greves e paralisações. De acordo com informações dos boletins das Entidades as conquistas salariais, em geral foram parciais, mas na época de alta inflação foi conquistado o reajuste mensal de salários. A greve que teve maior nível de conquista salarial foi a do ano 2000 em que quase obteve-se o índice salarial reivindicado, ou seja, 25%. Por outro lado, no aspecto político destacamos algumas conquistas importantes: a

vitória sobre a intervenção Maluf, a conquista da autonomia universitária, a elevação do índice de dotação orçamentária de 8,4% para 9,57% do ICMS do Estado, entre outros.

O movimento interno na UNICAMP é um movimento fortemente partidarizado, é um sindicalismo vinculado aos partidos de esquerda. O que estava em discussão em cada momento das greves era a defesa da universidade pública e, conseqüentemente, de cada funcionário público, seja ele docente ou não. Até a redemocratização do país (1985) o que estava em discussão também era o combate ao Malufismo e à ditadura. O sindicalismo dos anos 80 é na realidade um movimento de resistência à destituição de direitos.

O produto final deste estudo aparece como uma contribuição essencialmente histórica no campo sindical. O resgate da história e memória dos movimentos de docentes e funcionários da UNICAMP realizados nessa pesquisa, contribuiu para a construção da identidade de classe dessas categorias, que são categorias diferenciadas, promovendo a compreensão de que no universo do movimento sindical da Universidade, cada greve apresenta características muito particulares, quer seja de greves salariais ou políticas.

As dificuldades que o movimento sindical interno às universidades vivenciam têm uma inter-relação com a crise que assombra o sindicalismo externo, ou seja, o sindicalismo do funcionalismo público e do operariado, marcado pela crescente desregulamentação das relações de trabalho, pela crescente exclusão social, terceirizações, pelo desemprego e privatizações.

#### **ABSTRACT**

This study analyzes the strikes and work stoppages of employees and professors of the Universidade Estadual de Campinas for the period between 1978 and 2000. The study discusses aspects of work-class union movement, public employees and public universities' employees, describing the origin of the union associations of university employees and professors.

**KEYWORDS:** Universidade Estadual de Campinas; Union Movement; Public Service; Universities.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADUNICAMP. **ADUNICAMP em defesa da Universidade**. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1991.
- \_\_\_\_\_ – Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas, **Boletins da ADUNICAMP**, período 1979–2000.
- ADUSP – Associação de Docentes da Universidade de São Paulo. **Revistas ADUSP**, n. 7, p. 25-30, ag. 1996; jun. 1997; julho e set. 1998; março 2001.
- AGUIAR, F. A greve de 2000, lembranças emocionadas e um balanço crítico. **Revista ADUSP**, n. 22, p. 6–14, março 2001.
- ANDES-SN. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional, **Cadernos ANDES-SN**, número 2, julho de 1996; 2001.
- ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil**. Dissertação de mestrado do IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1980.
- ASSUC - Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Campinas, **Boletins da ASSUC**, período 1979–1991.
- BOITO Jr., A. “Reforma e resistência da estrutura sindical” in: Boito Jr., A. (org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CHAUÍ, M. **Ideologia neoliberal e universidade**. São Carlos: UFSCAR, 1997.
- COELHO, P. R. **Sindicalismo na Universidade: um estudo do movimento docente**. Santa Maria: SEDUFMS, 1996.
- DESEP- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT. **Suplementos DESEP**, janeiro/abril 1988, 1990,dez.1991.
- FANTINATTI, M. M. C. M. **Sindicalismo de classe média e meritocracia: o Movimento Docente na Universidade Pública**. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1998.
- GALVÃO, M. N. **Sindicalismo e Universidade**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1995.
- GUEDES, C. Os trabalhadores no setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas ( Análise do período pós 1978) In: OLIVEIRA, C.A. (org.) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**, São Paulo: Scritta/Mtb/PNUD/CESIT, Serviço Social & Saúde, Campinas. v.2. n.2. p.9-38

p. 403-424, 1994.

GUTIERREZ, G. L. e DAL RI, N. M. A greve de 94 nas Universidades Estaduais Paulistas. **Revista Universidade e Sociedade ANDES-SN**, n. 9, p.87-91, out. 1995.

MIRAGLIA, F. Universidade, greve e luta política. **REVISTA ADUSP**, n 7, p.24-25, agosto 1996.

NAVARRO, I. P. **Intelectuais e sindicalismo no Brasil: história e memória**. Tese doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1999.

NOGUEIRA, A. J. F. M. **Trabalho e sindicalismo no Estado brasileiro: experiências e desafios**. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, Campinas, 1996.

\_\_\_\_\_. Perfil das Entidades do funcionalismo público do Estado de São Paulo. A emergência do sindicalismo no setor público. In: Fundação do Desenvolvimento Administrativo-FUNDAP. **Sindicalismo no setor público paulista**. FUNDAP, p. 13-82, 1993.

NORONHA, E. G. **Greves na transição brasileira**. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, Campinas, 1992.

\_\_\_\_\_. In: **O servidor público, categoria profissional, base territorial e representação de classe**. FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo, Seminário mimeo, p. 26-31, 1991.

\_\_\_\_\_. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., A. ( org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.105, 1991.

\_\_\_\_\_. Greves e estratégias sindicais no Brasil In: OLIVEIRA, C. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta/Mtb/PNUD/CESIT, p.323–357, 1994.

NEPP– Núcleo de Estudos e Políticas Públicas. **Relatórios sobre a situação social do país**, Universidade Estadual de Campinas, relatórios 1985, 1986, 1987 e 1989.

OLIVEIRA, C. A. B. (org.) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta/Mtb/PNUD/Cesit, 1994.

PINHEIRO, L. U. (org.) **Crises e dilemas da Universidade Pública no Brasil**. Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

POCHMANN, M. **O trabalho sob o fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIDENTI, M. **Professores e ativistas da esfera pública**. São Paulo: Cortez 1995.

SANDOVAL, S. A. M. **Os trabalhadores param – greves e mudança social no Brasil: 1945 – 1990**. São Paulo: Ática, 1994.

SOUZA, A. N. de Movimento Sindical Docente: a difícil trajetória. In: LEITE, M. P. (org.) **O trabalho em movimento**. São Paulo: Papyrus, 1997.

STU – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas, **Boletins do STU**, período 1991–2000.

\_\_\_\_\_. **Projeto Memória**, 2001.

### **JORNAIS**

DIÁRIO DO POVO – JORNAIS: 24/04/79, 17/05/79, 17/03/82, 23/03/82.

FOLHA DE SÃO PAULO – JORNAIS: 25/04/79, 30/09/81, 13/10/81, 18/10/81, 20/10/81, 21/10/81, 22/10/81, 29/10/81, 28/04/82, 13/12/88.